

A. I. N.º - 207162.0038/02-0
AUTUADO - JD COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - CARLOS ALBERTO MACHADO DE SOUZA
ORIGEM - IFMT –DAT/METRO
INTERNET - 25.02.03

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0044-02/03

EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. BACALHAU. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO QUANDO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. HABILITAÇÃO PARA DIFERIMENTO CANCELADA. Operação de importação tributada. Existência de Liminar em Mandado de Segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário até decisão definitiva da ação. Exigência subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/07/02, exige o ICMS de R\$ 44.350.960,00, (R\$ 44.350,56) devido pelas importações de 25.000 KG de bacalhau, consoante Nota Fiscal de n.º 1337, D.I. n.º 02/0558685-0 e L.I. 02/0565282-1, realizadas pelo autuado sem recolhimento do imposto e com habilitação para diferimento cancelada. Tudo conforme Termo de Apreensão e documentos às fls. 5 a 17 dos autos.

O autuado, através de seus advogados legalmente constituídos, apresenta impugnação, às fls. 23 a 36, onde aduz que obteve através do Mandado de Segurança, sob n.º 140.02.9142126, decisão Liminar determinando a imediata suspensão da exigibilidade do ICMS relativo à mercadoria relacionada nas Licenças de Importação de n.ºs 02/0565282-1 e 02/0565290-2. Informa que em 01/08/02, foi prolatada a sentença, concedendo a segurança definitiva na forma pleiteada pelo impetrante (doc. às fls. 40 a 44). Assim, entende estar demonstrada a identidade entre o *Mandamus* e o presente Auto de Infração, do que requer o seu arquivamento, diante da ilegitimidade da exigência do imposto e da multa aplicada. Cita legislação e jurisprudência no sentido de que o bacalhau, originário da Noruega, país signatário do GATT, é isento do ICMS.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 56 a 61, ressalta que a cláusula 2ª do artigo 3º do Acordo GATT estabelece que os produtos importados gozarão de tratamento igualitário aos produtos similares de origem nacional, o que comprova a inexistência de “isenção de ICMS”. Assevera que o Estado da Bahia não concedeu o benefício da isenção para produto nacional similar ao bacalhau importado. Cita Súmula 575 do STF e n.º 20 do STJ e legislação. Por fim, ratifica o Auto de Infração uma vez que o autuado encontrava-se com a sua Habilitação para Diferimento do produto bacalhau cancelada junto à SEFAZ desde o dia 24/05/01, devendo ter recolhido o imposto referente à operação no momento do desembaraço aduaneiro.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS, no valor de R\$ 44.350.960,00, (R\$ 44.350,96) em razão da falta de recolhimento do imposto devido na importação de bacalhau, conforme Nota Fiscal de n.º 1337, D.I. n.º 02/0558685-0 e L.I. 02/0565282-1, uma vez que o autuado encontrava-se com sua habilitação para diferimento cancelada.

O autuado alega que a operação estava amparada em decisão Liminar determinando a imediata suspensão da exigibilidade do ICMS relativo à mercadoria relacionada nas Licenças de Importação de n.ºs 02/0565282-1 e 02/0565290-2, cuja sentença, concedendo a segurança definitiva, foi prolatada em 01/08/02 (doc. às fls. 40 a 44). Assim, requer o arquivamento do Auto de Infração.

Da análise das peças processuais constata-se tratar de demanda similar ao PAF de n.º 206986.0011/00-1, no qual foi emitido Parecer da PROFAZ de n.º 626/01, onde ressalta que os efeitos da ação de mandado de segurança é de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, mas não de seu lançamento, ao afirmar que “Na realidade, o que a SEFAZ está impedida de fazer é cobrar o imposto relativo a autuação firmada e não de constituí-lo”.

Por fim, conclui que “...o STF já tem se posicionado sobre o assunto, concedendo ganho de causa ao contribuinte importador de bacalhau, no entanto, na via administrativa, enquanto inexistente ato do Secretário da Fazenda acatando a decisão preponderante do STF, a decisão da JJF deve ser pela aplicação do RICMS à operação realizada”.

Neste mesmo sentido foi prolatado Parecer da PROFAZ, em 29/01/03, referente ao PAF n.º 917007301, lavrado contra CRYSTAL COMPANY IMP. E EXP. LTDA.

Assim, fundamentado nos referidos pareceres e considerando que a decisão que concedeu mandado de segurança ao contribuinte, não transitou ainda em julgado, ou seja, não há até o momento decisão definitiva (fl. 44), como também que o bacalhau é um produto tributado, conforme exceção prevista no artigo 14, inciso XIII, alínea “a”, do RICMS aprovado pelo Decreto n.º 6.284/97, além de que a operação de importação incide o ICMS, consoante art. 1º, § 2º, inciso V, do citado RICMS, não resta dúvida sobre a pertinência da exigência fiscal do bacalhau importado da Noruega, país signatário do GATT, o qual é dispensado tratamento igualitário aos produtos similares de origem nacional.

Face ao exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE, no valor de R\$ 44.350,96, conforme nota fiscal e demonstrativo de cálculos às fls. 8 e 17 do PAF, devendo os autos serem remetidos à Procuradoria da Fazenda Estadual para adoção dos procedimentos legais pertinentes, uma vez que o mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário até decisão definitiva da ação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **207162.0038/02-0**, lavrado contra **JD COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 44.350,96**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais, após decisão definitiva da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de fevereiro de 2003.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR